

Mailson desmente a Oteenização

São Paulo — O Governo não prepara qualquer plano de otenização da economia. Assegurou ontem à noite, em São Paulo, o ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega. "Não há sequer estudos sobre isso e chamo a atenção para um ponto: qualquer proposta de um redutor de preços e salários não passa de especulaç-aó", frisou ele, pouco depois de visitar os estandes do Salão do Automóvel, em companhia dos filhos Ivan, 17 anos e Juliano, 11 anos.

O ministro observou que leu ontem nos jornais uma entrevista do consultor-geral da República, Saulo Ramos, segundo a qual já estaria pronto um plano de otenização. "O senhor considera o consultor um especulador?", indagou um repórter. "Não sei se ele fez as declarações, mas pela pergunta, vocês querem me colocar contra meu amigo Saulo Ramos", sorriu Mailson da Nóbrega, que disparou em seguida: "Não há plano de otenização e nem ve-

mos condições de implantar algo assim".

Pouco antes, ao passar pelo estande da General Motors, o ministro foi cumprimentado por uma das suas hostess — a modelo Helô Pinheiro, que nos anos 60 inspirou a famosa canção de Tom Jobim e Vinícius de Moraes, "Garota de Ipanema". Curiosamente, o salário de Helô é cotado em 30 OTNs diárias (Cz\$ 88.991,80).

"Não podemos generalizar o que acontece em alguns setores", observou o ministro, ao se referir também a uma otenização dos salários em discussão num dos segmentos da produção de papel em São Paulo. "Se a base eventualmente tomada para uma otenização for, por exemplo, o pico dos salários, o resultado será uma brutal inflação", argumentou ele.

APERTO FISCAL

Os ministros da Fazenda, e do Planejamento, Mailson da Nóbrega e João Batista de Abreu,

deverão entregar hoje ao presidente José Sarney a proposta de reformulação do orçamento para 1989, com o objetivo de obter um superávit nas contas públicas, ao invés do déficit de 2% do PIB, acertado com o Fundo Monetário Internacional (FMI).

Este novo aperto fiscal deverá reduzir também as despesas da União previstas para os dois últimos meses deste ano, dando mostras aos trabalhadores e empresários que participam do entendimento nacional, de que o Governo realmente está disposto a levar avante o programa de combate à inflação. A partir de 1989, o aperto fiscal incluirá não apenas os cortes nas despesas mas também o corte de subsídios e incentivos fiscais, que atualmente causam uma perda de receitas calculada em 1,5% do PIB.

O programa deverá ampliar ainda mais as pressões políticas contra a equipe econômica do Governo.